

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 035/2025

PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 90006/2025

PROCESSO Nº 59570.000226/2025-55-e

ITENS 3 e 21

Aos 22 dias de dezembro do ano de 2025, a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF**, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto Social da CODEVASF aprovado pelo Decreto nº 8.258, de 29 de maio de 2014, e alterado pelas Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias de 13 de abril de 2017, de 08 de agosto de 2017, de 23 de março de 2018 e de 21 de fevereiro de 2020 e pelas Atas da Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2018 e de 18 de abril de 2019, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo **Sr. MARCELO VAZ DA COSTA E CASTRO, Superintendente Regional da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, Matrícula nº 121270-2, nomeado pela Decisão nº 433, de 12 de abril de 2023**, e de acordo com a Lei nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90006/2025**, com o objeto detalhado nesta Ata, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 19/12/2025, seção 3, p. 201 e, homologado pela Resolução nº 1633, de 04/12/2025, da Diretoria Executiva, pelo Sr. Diretor-Presidente da CODEVASF, constante do Processo nº 59570.000226/2025-55-e, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: **ASSERTIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ nº 48.692.223/0001-93**, com sede na Rodovia da Uva, 5604, Sala 4 - Bairro Embu - Cidade Colombo/PR, CEP: 83414-300, telefone nº (41) 3088-8083, E-mail: assertivaequipamentos@outlook.com, representada por seu representante legal, Sr. ELTON CRISTIAN GLATZ PIERETTI, CPF nº ***.080.749-**, atendendo às condições previstas no Edital e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

1. DO OBJETO



End.: Avenida Maranhão, 1022, Centro CEP 64.001.010 - Teresina - PI

Tel.: (86) 3215.0120

www.codevasf.gov.br e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga, de equipamentos e materiais para estruturação de laboratórios de análises bromatológicas e de reprodução animal, para ações de apoio à ovinocaprinocultura via IFPI (Instituto Federal do Piauí), Campus Paulistana, e outras Instituições de Ensino Superior na área de atuação da 7ª SR da CODEVASF, conforme descrito no Anexo II do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão nº 90006/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	MODELO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR GLOBAL (EM R\$)
03	Estufa de esterilização e secagem (105°C) – 180 litros – ESTUFA DIGITAL DE ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM DIGITAL com interior de aço carbono. PAINEL DE CONTROLE: LED indicador das fases do processo; Adesivo do painel em policarbonato; Chave geral liga/desliga; Porta fusível; Controlador eletrônico; GABINETE: Chapa de aço carbono SAE 1020; Pintura eletrostática epóxi texturizada com tratamento anticorrosivo; Porta com puxador anatômico e abertura para direita nas estufas de bancada (40L até 336L), 2 portas com abertura de dentro para fora nas estufas de piso; Pintura interna tipo alumínio resistente a altas temperaturas (até 600°C); Saída superior – respiro para gases, umidade ou acomodação do termômetro; Trilhos internos para deslocamento das bandejas; Pés niveladores de borracha (40L até 336L) e rodízios giratórios nas estufas de piso; Sistema de fecho tipo rolete; Vedação com perfil de silicone de alta temperatura.	SOLIDSTEEL	SSDC 180I	UNID.	04	4.352,12	17.408,48



<p>ACESSÓRIOS INCLUSOS: Bandejas; Fusível de segurança. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TEMPERATURA DE TRABALHO: Ambiente +5°C até 200°C; CONTROLE DE TEMPERATURA: Digital com PID autotuning; DISPLAY LED: 4 dígitos; RESOLUÇÃO: 0,1°C para indicação da temperatura de processo; INDICAÇÃO DE PROCESSO: LED; TIMER: Programável de 1 a 9999 minutos de 1 em 1 minuto; SENSOR DE TEMPERATURA: PT 100; CABO DE ALIMENTAÇÃO: Com plug de 3 pinos, duas fases e um terra, NBR 14136; HOMOGENEIDADE TÉRMICA: +/- 1°C; PRECISÃO DO SISTEMA: +/- 1°C; ISOLAMENTO TÉRMICO: Lã de vidro, inclusive nas portas; CIRCULAÇÃO DE AR: Forçada no sentido horizontal, através de micro ventiladores para homogeneização da câmara; SISTEMA DE AQUECIMENTO: Resistência blindada; ALIMENTAÇÃO 220V Itens inclusos: 3 Bandejas removíveis em aço carbono. Fusível de proteção. Cabo de energia elétrica com plug de três pinos, duas fases e um terra NBR 14136. Manual de instruções em português. Termo de Garantia 1 ano contra defeitos de fabricação</p>						
<p>Forno Mufla com capacidade para 20 cadinhos - Pannel de comando localizado na lateral; Adesivo do painel em policarbonato que proporciona maior durabilidade e resistência (a prova d'água); Controle de temperatura micro processado digital com sistema PID e autotuning, possui display LED de 04 dígitos, com resolução de 1°C para indicação da temperatura de processo (PV), SET POINT e tempo. Timer programável de 01 até 9.999 minutos, com ajuste de 01 em 01 minuto. Sensor de temperatura tipo K. Aquecimento através de um conjunto de resistências</p>						



End.: Avenida Maranhão, 1022, Centro CEP 64.001.010 - Teresina - PI



Tel.: (86) 3215.0120

www.codevasf.gov.br e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br

21	com Fio Kanthal. Isolação térmica através de tijolos isolantes e manta térmica evitando o calor na parte externa do equipamento. Câmara interna construída em cerâmica especial, altamente resistente a choques térmicos. Porta com contrapeso e abertura tipo bandeja, sendo assim protege o operador de possíveis queda do material em alta temperatura. Gabinete externo totalmente em chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática na cor branca. Faixa de Temperatura: 100°C a 1.200°C; Precisão: $\pm 1^{\circ}\text{C}$; Tensão: 220 volts, Bifásico; Dimensões Internas (A x L x P): 10 x 10 x 20 cm; Dimensões Externas (A x L x P): 48 x 60 x 70 cm; Potência: 2.500 Watts; Peso: 70 KG; Acessórios Inclusos: Cabo alimentação sem plug, com duas fases e um terra; Manual de instrução em português. Itens inclusos: Cabo de alimentação com dupla isolação, duas fases e um terra, não acompanha Plug. Manual de instruções em português. Termo de garantia de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação.	SOLIDSTEEL	SSFM 2L	UNID.	03	3.810,85	11.432,55
VALOR TOTAL							28.841,03

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF – 7ª/SR.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que estejam enquadrados no art. 1º da Lei 13.303/2016 e que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas pela Codevasf.).



End.: Avenida Maranhão, 1022, Centro CEP 64.001.010 - Teresina - PI

Tel.: (86) 3215.0120

www.codevasf.gov.br e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br

- 4.1.1. É facultada aos órgãos ou entidade da Administração Direta Municipal, Distrital ou Estadual a adesão às Atas de Registro de Preços da Codevasf, devendo apresentar parecer favorável de sua Assessoria Jurídica.
- 4.1.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 4.1.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.1.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.1.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.1.6. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 4.1.7. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.
- 5.2. A existência de preços registrados não obriga a CODEVASF a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto



pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou implementos em igualdade de condições.

6. DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 6.1. Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90006/2025 e seus anexos.

7. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
 - b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - c) ou na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados
- 7.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.2.2. Na hipótese prevista no item 7.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.



- 7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
- 7.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.3.1. Para fins do disposto no item 7.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação aplicável.
- 7.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 7.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 7.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no item 7.3 e subitem 7.3.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



7.3.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.3.2; ou
- d) sofrer sanção prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Na hipótese prevista na alínea d) do item 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;



- c) ou se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 7.2.3 e 7.3.4.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no **item 23 do Edital nº 90006/2025**, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.
- 9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 9.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências abaixo, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou ser declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

- 10.1. A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Diretor-Presidente da Codevasf, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90006/2025, seus anexos, e a proposta da empresa ASSERTIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS



LTDA vencedora dos itens relacionados no item 2 desta Ata para certame supramencionado.

- 11.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 11.3. O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária do Estado do Piauí, será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 11.4. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf e demais normas aplicáveis.

Teresina/PI, dezembro de 2025.

MARCELO VAZ DA COSTA E CASTRO

Superintendente Regional

CODEVASF – 7ª/SR

ELTON CRISTIAN
GLATZ

PIERETTI:01008074969

Assinado de forma digital por
ELTON CRISTIAN GLATZ
PIERETTI:01008074969

Dados: 2025.12.26 17:29:45
-03'00'

ELTON CRISTIAN GLATZ PIERETTI

Representante legal

ASSERTIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA



End.: Avenida Maranhão, 1022, Centro CEP 64.001.010 - Teresina - PI

Tel.: (86) 3215.0120

www.codevasf.gov.br e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br